

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2023 DO COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – CGRNC

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
13/07/2023	10:00	12:00	Videoconferência – Microsoft Teams (clique aqui)

2. Participantes Convidados

UNIÃO

- ROBERTO SEARA MACHADO POJO REGO – Secretário de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, presidente;
- VICTOR AGUIAR JARDIM AMORIM - Analista Legislativo;
- GUSTAVO TERRA ELIAS - Representante da União pelo Poder Legislativo, Suplente Legislativo.

ESTADOS E DF

- ÂNDREI OLIVEIRA DE PAULA – Superintendente Central de Compras Governamentais e Logística da Secretaria de Administração do Estado de Goiás;
- PAULO ROBERTO SBARAINI LUNARDI – Subsecretário da Central de Licitações, suplente;
- KAMILA BROETTO PEGORETTI PIMENTEL – Analista do Executivo, suplente.

MUNICÍPIOS

- WEDERSON ADVÍNCULA SIQUEIRA – Consultor Jurídico;
- MÁRTIN PERIUS HAEBERLIN – Consultor.

EQUIPE DA SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS e do PNCP

- ANTÔNIO AUGUSTO ROSOLEN JUNIOR – Procurador Sênior
- BRUNO VIEIRA MENDONÇA – Assessor
- EVERTON BATISTA DOS SANTOS – Diretor do DELOG/SEGES

- FABIANO NOGUEIRA BRANDÃO – Analista Técnico Administrativo
- HELDER CALADO DE ARAÚJO – Coordenador-Geral de Serviços Estruturantes
- LORRAINE DE SOUZA SANTOS – Técnica de Secretariado
- MAGNUM COSTA DE OLIVEIRA – Analista Técnico Administrativo
- MARIA LUCINETE – Coordenadora Substituta de Serviços Estruturantes

3. Pauta

1) Alinhamento para atuação estratégica do CGRNCP **junto aos Ministros do TCU** para sensibilização acerca das dificuldades práticas e orçamentárias de desenvolvimento do PNCP tendo em vista a instrução do TC 044.559/2021-6.

2) Alinhamento para atuação estratégica do CGRNCP **junto ao Senado Federal** no que tange à tramitação do PL nº 249/2022, em especial, quanto às proposições de ajustes no texto, além da inclusão de emenda sobre estruturação e destinação de recursos próprios para o CGRNCP e PNCP;

3) Ampliação das informações institucionais do CGRNCP na página própria no PNCP, em especial, para conferir maior possibilidade de contato com os membros, criando-se, inclusive, um e-mail do próprio CGRNCP para recebimento de sugestões e reclamações "estruturais" (e não para atendimento operacional geral);

4) Números atualizados PNCP + situação das entregas em andamento; e

5) Reunião com a CGU para tratar do custeio do PNCP por meio de transferência de percentuais de valores recebidos pela União com a celebração de acordos de leniência;

4. Deliberações

Às 10h do dia 13 de julho de 2023, o senhor Everton inicia a reunião agradecendo ao Mártin pelo apoio na audiência pública com a relatora Tereza Cristina, sobre a medida provisória.

Diante da presença dos representantes da União, dos Estados, dos Municípios e do Legislativo Federal, o Everton deu início a reunião a partir do item 4 da pauta.

5. (Item 4) Números atualizados do PNCP e a situação das entregas em andamento.

Magnum inicia, por meio de slide, a apresentação do PNCP em números, atualizando os números desde a última reunião, sendo:

- portais cadastrados no ambiente de treinamento, aumento de 10% (1.055);
- portais cadastrados no ambiente de produção, aumento de 7% (191);
- portais que divulgam o PNCP, aumento de 23% (108);
- valor de compras estimadas, aumento de 46% (104Bi).

Qualificando as contratações, apresentou as seguintes atualizações relativo a última reunião:

- dispensas, aumento de 34% (121.000);
- concorrência eletrônica, aumento de 124% (778);
- concorrência presencial, aumento de 54% (120);
- pregão eletrônico, aumento de 59% (27.000)
- inexigibilidade, 12.000;
- credenciamentos, aumento de 162% (330);
- leilão presencial, aumento de 78% (359);
- leilão, aumento de 125% (9); e
- concurso, aumento de 1200% (13).

Everton abriu a oportunidade para que o grupo pudesse fazer perguntas a respeito dos dados apresentados. **Gustavo** questionou se existe uma referência de quantos pregões são feitos pelo governo federal e quantos estão usando o painel de compras.

Everton informa que essas informações estão disponíveis no Compras.GovBr. Ato contínuo, Everton acessou o painel de compras demonstrando os números do governo federal, navegou no painel de compras para demonstrar como é feito o levantamento desses números para fins de comparação. Foi informando que, dos 179 mil processos de contratação, mais da metade já foi publicado no PNCP.

Gustavo infere então que quem mais está explorando o PNCP é o Governo Federal e aqueles entes ou órgãos que precisam usar o Compras. E propõe que é preciso fazer o PNCP ser mais difundido entre os Estados e Municípios. O **Everton** informa que isso é, em parte, verdade, contudo, as unidades precisam passar a usar Lei nº 14.133. **Gustavo** questiona se os Estados e Municípios podem estar usando as novas modalidades de licitação e não estarem fazendo a publicação.

Gustavo destaca a importância de interação com os tribunais de contas, visto terem os tribunais força para fazer o PNCP ser cumprido.

Victor informa que podem ser dois grandes motivos para a baixa adesão ao PNCP. O primeiro é o baixo grau de maturidade na aplicação da nova lei. Já o segundo diz respeito à grande dificuldade que os Municípios e Estados têm- em termos tecnológicos- para promover a integração. Informa que foi feita uma pesquisa pela Atricon, e que os dados colhidos podem ser importantes para fazer um diagnóstico sobre a utilização e integração dos sistemas.

Informa acreditar que passou a fase da dificuldade em relação aos aspectos dogmáticos da nova lei, e que agora, com base na nova lei, talvez estejamos entrando no aspecto de dificuldades mais operacionais, de como usar o PNCP. Cita o exemplo dele no Senado, mesmo com todo conhecimento e toda a equipe, teve algumas dificuldades de divulgar as atas e contratos no PNCP, e isso pode também estar acontecendo nos Estados e Municípios: dificuldade estrutural e tecnológica para fazer a integração.

Magnum informa que, para a próxima reunião, trará comparativo entre os dados do PNCP e do Compras para visão geral.

Evertton informa que seria importante trazer a pesquisa feita pela Atricon para o âmbito do CGRNCP com vistas a entender melhor a situação e traçar nova rota, se necessário. **Victor** se compromete a disponibilizar no grupo o resultado da pesquisa realizada pela Atricon. Destaca que, com base na experiência de Goiás, onde há uma grande aderência ao PNCP, a atuação do TCM de Goiás teve um papel fundamental nessa maior aderência por Municípios. Logo, os Tribunais de Contas, quando de sua atuação de controle, podem ajudar de forma substancial na adesão ao PNCP.

Magnum, em continuidade à apresentação explica que, em relação à integração dos sistemas, conforme dados do painel, não se observa uma dificuldade. Logo, pode-se inferir que o fator técnico não seja o motivador para a baixa adesão. Ele explica que houve picos de divulgação de contratações, contudo, viu-se um arrefecimento a partir da prorrogação- pelo Congresso Nacional- da aplicação da Lei nº 14.133, de 2021. Então, do ponto de vista técnico, não ver dificuldade na integração entre os diversos sistemas existentes.

Gustavo trouxe que tomou conhecimento de que a prefeitura de Belo Horizonte, que é uma prefeitura bem estruturada, teve dificuldades de realizar a integração. O que lhe causou estranheza. Em contrapartida, **Magnum** informa que a prefeitura de São Paulo, bem como prefeituras do país inteiro não reportaram essa dificuldade. Magnum ressalta que, anteriormente, houve dificuldades, mas que atualmente foram superadas.

Destacou que há um monitoramento diário quanto à questão de atendimento ao usuário, principalmente na parte de integração. Ele completa informando que muitas vezes o contato não é feito diretamente à equipe do PNCP (buscam-se formas alternativas para resolução do problema). Com isso, deixam de ter o assessoramento devido.

Diego reforça que, conforme informado inicialmente, já são 1055 portais cadastrados, mas que efetivamente apenas 191 realizaram publicados. Logo, como o PNCP já está preparado, cabem aos portais avançarem na publicação por meio do PNCP. **Magnum** reforça que, pelos dados, infere-se que, com a prorrogação da Lei nº 14.133, de 2021, houve uma diminuição da utilização do PNCP, havendo uma acomodação de Estados e Municípios.

Everton destaca que, pelos números relativos aos 5.568 municípios levados para audiência pública, 1898 já fizeram pelo menos uma contratação no PNCP. E, dos 205 órgãos do executivo federal, 166 já fizeram pelo menos uma contratação com base na Lei nº 14.133, de 2021. Por outro lado, Everton ressalta que, enquanto vigorar a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, essa continuará a ser utilizada. Segundo Everton, é preciso demonstrar aos tribunais de contas que não existem óbices, seja do ponto de vista tecnológico, seja do ponto de vista legal, para que os entes passem a utilizar- em todas as contratações- a Lei 14.133, de 2021.

Destaca a importância da participação dos tribunais de contas no sentido de levar segurança aos Municípios para que comecem a usar a nova lei. A participação dos Tribunais não se daria no sentido punitivo, mas com condão orientativo. Ele fala na necessidade de levar- ao Tribunal de Contas da União e talvez à Atricon- a necessidade da ajuda dos tribunais no fomento pedagógico do uso da Lei nº 14.133, de 2021.

Gustavo informa que tem a percepção pessoal de que os tribunais de contas terão, nesse momento de transição, sensibilidade para atuar mais nessa linha pedagógica de estímulos (a aderência a nova Lei). Uma ação de natureza mais punitiva, nesse primeiro momento, pode levar, por receio, à paralisação da gestão, explica Gustavo.

Ele fala que pessoalmente irá se empenhar e requer a colaboração do grupo para difundir o PNCP nos órgãos de controle, e, sobretudo, na administração pública. Ele acrescenta que a administração pública precisa saber que existem mais de cem portais em atuação (realizando divulgações no PNCP). Logo, apesar das dificuldades iniciais, é possível usar o Portal. Gustavo conclui lembrando ainda a possibilidade de utilização do Portal Compras que é gratuito.

O ITEM 4 da pauta será retomado na sequência 10 desta ATA, falando, em especial, das entregas em andamento.

6. (Item 1) Alinhamento para atuação estratégica do CGRNCP junto aos Ministros do TCU para sensibilização acerca das dificuldades práticas e orçamentárias de desenvolvimento do PNCP tendo em vista a instrução do TC 044.559/2021-6.

Everton abre o debate para que os membros apresentem sugestões quanto à atuação estratégica do CGRNCP junto aos Ministros do TCU.

Após tecer comentários, **Victor** sugere que o Comitê Gestor do PNCP marque audiência com os Ministros do Tribunal, em especial, com os Ministros Jorge Oliveira, Benjamin Zymler, Antônio Anastasia. Ele sugere que o CG defina o formato da abordagem junto aos Ministros. Nesse sentido, Victor sugere que seja feita uma abordagem no sentido de sensibilizar os Ministros dos desafios enfrentados pelo PNCP: a questão da falta de recurso e da falta de estrutura própria, sendo uma oportunidade para o Comitê se mostrar ao Tribunal.

Reforça ainda que é preciso sensibilizar para não conste apenas uma resposta técnica, passando a ideia- à área de contratações do TCU- de que o Comitê não está realizando as ações por mera inércia. Informa que a conversa com os Ministros é importante ainda para que conheçam, de fato, o PNCP e a atuação do CG. Isso possibilitaria ao Comitê trabalhar alinhado às expectativas dos órgãos de controle, fazendo com que o Tribunal de Contas atue em favor do CG nas demandas de melhoria do PNCP.

Everton questiona se todos estão de acordo no sentido de a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor articular audiências, principalmente, com os três Ministros citados, por estarem mais envolvidos com a temática. Ele ainda pergunta sobre a possibilidade da vinda dos membros a Brasília para participar das audiências com os ministros.

Gustavo sugere que o Presidente do Comitê Gestor faça a recomendação da presença dos membros para participarem das audiências junto ao TCU. Isso possibilitaria a formalização para fins de custeio do deslocamento.

Everton faz o registro de que o Presidente do Comitê Gestor, diante da deliberação do Comitê quanto à realização de audiência com os Ministros do Tribunal de Contas da União, encaminharia ofício aos membros do Comitê, convidando-os para participação presencial. Propõe ainda a ajuda do **Victor** na articulação de reunião junto ao Congresso para- na mesma semana- seja possível se reunir com os ministros do TCU e visitar o Congresso (para tratar da tramitação do PL 249). Após a fala, os membros do CG aprovaram os encaminhamentos.

7. (Item 2). Alinhamento para atuação estratégica do CGRNCP junto ao Senado Federal no que tange à tramitação do PL nº 249/2022, em especial quanto às proposições de ajustes no texto e inclusão de emenda sobre estrutura e destinação de recursos próprios para o CGRNCP e PNCP.

Victor informa que- pelo despacho do Presidente do Senado- o qual norteará o fluxo do processo legislativo, o PL vai passar primeiro pela CCJ e depois para outras comissões. Ele destaca que, na CCJ, já havia relator designado: o Senador Alessandro Vieira. No entanto, ele deixou de integrar a CCJ, então, o PL voltou ao Presidente do Senado. Assim, o projeto está aguardando uma nova designação de relator. Assim, não fazendo sentido nesse momento articular para que os membros do Comitê Gestor venham a Brasília antes do PL ter novo relator. **Everton** concorda com o Victor.

Victor, dando sequência ao item de pauta, informa que a ideia é criar um canal de interlocução com o relator da CCJ, para demonstrar a pertinência das sugestões de alteração do texto que foram sugeridas na Câmara (que havia sido preparado com sugestões de aperfeiçoamento no texto do PL). Victor reforça a necessidade de criar interlocução com o relator do PL 249, visto que o texto atual cria mais atribuições e funcionalidades, altera a composição do CG, sem prever, contudo, estrutura necessária para tanto.

Continua, um caminho a ser seguido, segundo Victor, seria o que já ocorre em outros comitês interfederativos, que, sempre que são criados, preveem estrutura básica de funcionamento, diferentemente do PNCP que não tem essa previsão.

Informa que seria oportuno aproveitar esse histórico, essa tendência legislativa, de se criar conselho de âmbito nacional, já prevendo sua estrutura. Esclarece que é papel do Comitê Gestor sensibilizar o Congresso. Conclui que essa ausência de estrutura, de custeio próprio, limita muito o potencial do PNCP. **Everton** reforça o item 1 da pauta, no sentido de buscar audiência com os Ministros do TCU até o final do mês de agosto. Já quanto ao Congresso, aguardar a indicação do relator do PL 249. **Após a fala todos os membros deram sua concordância ao encaminhamento.**

8. (Item 3) Ampliação das informações institucionais do CGRNCP na página própria no PNCP, em especial para conferir maior possibilidade de contato com os membros e criando-se, inclusive, um e-mail do próprio CGRNCP para recebimento de sugestões e reclamações "estruturais" (e não para atendimento operacional geral).

Everton esclarece que, na central de atendimento da CGSES, existe uma ramificação que atende o PNCP quanto a dúvidas tecnológicas, de credenciamento ou de qualquer outra natureza. Contudo, entende que, se o Comitê Gestor assim deliberar, poderia ser criada uma caixa corporativa (com acesso a todos os membros), com vistas à interação do CG com os usuários.

Victor esclarece por que propôs esse item de pauta para discussão de criação de caixa institucional (um canal direto com o comitê gestor). Esse canal não se prestaria a tirar dúvidas técnicas, pois isso já é feito pela Central de Atendimento. Uma caixa institucional do PNCP para contatos institucionais com o comitê gestor, para, por exemplo, recepcionar sugestões de determinado tribunal de contas, ou mesmo pelo próprio cidadão. Esse canal seria para questões mais estruturais, não relacionados à operação técnica do PNCP.

O **Victor** trás outro ponto da pauta: como qualquer outro órgão colegiado no Brasil, deveria existir o site correspondente com o “quem é quem”, com a composição do Comitê Gestor, ao invés de colocar um link para a portaria publicada no Diário Oficial da União. A proposta seria Colocar, no Portal, quem são os membros do CG, detalhando a representação de cada membro (o ente que representa, o cargo que exerce, as atribuições exercidas, seu e-mail).

Assim, um prefeito poderia falar diretamente com os representantes dos Municípios sobre alguma demanda, um canal de diálogo direto. Resumindo, ter no site um “quem é quem”, com o respectivo e-mail institucional, qual a instituição está vinculada, mini currículo, o que resultaria também em apresentar mais o comitê para a sociedade.

O **Victor** conclui que seria esses dois pontos: (i) a criação do e-mail do Comitê Gestor, em que os membros teriam acesso a caixa institucional, que poderia ser usado inclusive para discussões no âmbito do próprio grupo do CG; e (ii) exposição dos membros do Comitê, com os respectivos e-mails institucionais, como membros representantes dos seus seguimentos.

Everton apresenta duas preocupações: (i) a primeira diz respeito à questão da disponibilização do e-mail institucional pessoal, o que poderia ferir a LAI e a LGPD. Nesse sentido, Everton ficou de verificar como a ação poderia ser feita no âmbito do Executivo Federal; e (ii) a segunda preocupação relaciona-se a quem seria o responsável por cuidar da caixa (quem iria responder as demandas, quem iria manter essas informações). Então, segundo o Everton, essa questão de quem ficaria responsável pela caixa corporativa precisaria ser mais bem definida.

Victor apresentou como sugestão, no gerenciamento da nova caixa corporativa, a Secretaria-Executiva fazer o filtro inicial, fazer o encaminhamento para algum dos membros, direcionado a questão para o representante do legislativo (quando relativo ao Poder Legislativo), para o representante do Poder Judiciário (se for ao relativo ao judiciário). Ou seja, ter-se-ia um filtro e o encaminhamento ao representante respectivo.

Victor se comprometeu ainda a colaborar na gestão do e-mail institucional. Informa que seria um laboratório de como o CG trabalharia em conjunto, dividindo responsabilidades. Citou o exemplo do Elo Legislativo, que foram disparados e-mails para os tribunais, associações etc., que ele

(Victor) chegou a receber alguns e-mails com dúvidas de órgãos do legislativo, de tribunais de contas e que deu os encaminhamentos para a área técnica da SEGES, ou até mesmo respondendo diretamente (um exemplo de abertura de canal com a sociedade e com os órgãos).

Victor acredita que possivelmente não será uma demanda fora do normal. Logo, seria válida a experiência de trabalho conjunto dos membros do CG. Na conclusão, Victor pondera que, caso o modelo venha a se mostrar inviável, a estratégia seria repensada.

Everton esclarece que o que está sendo proposto, se todos concordarem, é a ideia de vários responsáveis por essa caixa corporativa, todos tendo coparticipação, corresponsabilidade. Questiona se é esse a ideia.

Gustavo informa que tem um pensamento mais conservador, pois atualmente a demanda pode ser pouca, mas- quando a NLL estiver plenamente em vigor- a demanda pode aumentar exponencialmente. Entende que é melhor o atendimento concentrado das demandas pela Central.

Segundo Gustavo, quando está concentrado em uma equipe, tem-se uma visão global de quais são as reclamações, sugestões e das dúvidas, podendo dar um encaminhamento melhor às solicitações. Esclarece que tem uma visão mais conservadora também quanto à disponibilização do e-mail pessoal. Gustavo conclui que concorda plenamente com a sugestão de trazer o “quem é quem”, de colocar a foto de cada um, com o currículo, entre outras informações pertinentes.

Magnum sobre o tema do e-mail institucional, esclarece que já tiveram a experiência de tratar os assuntos do PNCP por meio difuso, porém, entendeu-se melhor unificar *todas as demandas dentro do central de atendimento*”. Entende a pertinência da discussão, visto que nem tudo se refere a questões de caráter técnico. Por vezes, existem discussões mais complexas. Ele conclui enfatizando que criar um outro canal exigiria mais uma curadoria para equipe, que infelizmente é reduzida.

Kamila concorda com Victor no sentido de que a instituição de e-mail faria o comitê ser mais visível para a sociedade. Por outro lado, também concorda com o Gustavo, explicando que, se o CG tiver um canal de comunicação direto, poderia repercutir na gestão das Ouvidorias.

Kamila alerta que o pedido de acesso à informação feito pelo usuário poderia ser enquadrada na lei de acesso à informação, o que resultaria, por exemplo, em prazos inviáveis para o CG (que hoje não tem uma estrutura dedicada como tem as ouvidorias).

Entende que, se possível, a entrada de solicitação, ainda que seja algo institucional, seja feita via Central de Atendimento, (que faria o atendimento de primeira e segunda nível). Com a qualificação feita pela Central de Atendimento, o CG receberia apenas questões de natureza institucional. Assim, com esse fluxo, poderia se pensar na criação de um (e-mail ou outra forma de acesso), no qual o CG recebesse o que realmente está dentro de suas competências.

Everton acha interessante essa divisão do atendimento (segundo ou terceiro nível). A Central faz o atendimento de primeiro nível, que é o canal de recepção, triagem e encaminhamento: se for algo mais técnico, vai para a área do Magnum; já se for uma sugestão ou qualquer outra coisa segue para o comitê gestor. **Magnum** reforça que, por um mesmo canal, consegue-se fazer a curadoria e **Everton** concorda que a unificação do canal é essencial. **Magnum** informa- que pela Central de Atendimento- é possível qualificar as demandas, sendo talvez isso que esteja faltando.

Kamila alerta que a disponibilização do e-mail institucional pessoal tem de levar em conta os períodos de ausência do titular. Isso porque, caso não tenha substituto para manter ativa a atividade, solicitações de informações podem ficar sem resposta. Logo, a questão deve ser levada em consideração na implementação de um e-mail institucional.

Everton propôs, revisando o que foi discutido, uma revisitação da página do comitê gestor, colocando uma página com a designação, com a portaria e todos os atos que dão base legal. Quanto à criação da caixa institucional, ficaria para outro momento, até uma melhor qualificação da Central de Atendimento, nos segundo e terceiro níveis. Questionou o comitê se esses seriam os encaminhamentos, já que não houve um consenso relativo à criação da caixa corporativa.

Victor concorda, e propõe criar no grupo (*whatsapp*) ou no *teams*, a sugestão para a composição do texto, para explicar a composição do comitê gestor e as outras considerações. **Então concluí que como encaminhamento pode ficar a construção de texto de forma coletivo para a questão da composição do Comitê Gestor da RNCP. Deixando para depois a construção dos níveis de camadas no atendimento, tendo em vista a importância de existir um canal aberto da sociedade com o Comitê.**

Everton acrescenta que podemos melhorar inclusive a questão de que elogios, sugestões, críticas podem ser encaminhadas pelo mesmo canal da Central de Atendimento, melhorando inclusive a orientação aos usuários, de como entrar em contato.

9. (Item 5) Reunião com a CGU para tratar do custeio do PNCP também por meio de transferência de percentuais de valores recebidos pela União com a celebração de acordos de leniência.

Everton informou que ainda não conseguiu fazer a reunião com a CGU, mas vai pedir ao Secretário para entrar em contato diretamente com o Secretário ou com o próprio ministro da CGU para tentar essa agenda. E- caso haja a possibilidade- incluir inclusive a reunião com o TCU no mesmo período. **Everton** perguntou a opinião dos membros.

Gustavo concorda, e trouxe o ponto discutido na última reunião: proposta para direcionar percentual de receitas dos acordos de leniência para o custeio do PNCP. Acha interessante também que a reunião com a CGU seja na mesma época que a reunião com o TCU, para que o PNCP se apresente institucionalmente perante esses órgãos estratégicos (TCU e CGU), porque a CGU também é um braço estratégico para fazer funcionar o PNCP. Ato contínuo, **Everton** solicita ao Magnum a apresentação das últimas entregas.

10 (Retomada do Item 4 da pauta): números atualizados do PNCP mais a situação das entregas em andamento.

Magnum apresenta as últimas entregas do PNCP, que representa a entrega do fiel cumprimento do § 4º do Art. 174 da NLL (dados abertos). Essa entrega estava prevista para 1º de junho, mas, em vista de atrasos técnicos, a homologação ficou para o dia 17 de julho. Ele informa ainda que, em uma semana, a adoção do formato de dados abertos no PNCP vai estar disponível, sendo uma grande realização do primeiro semestre. Com isso, os órgãos de controle, demais órgãos e a sociedade em geral terão, por meio das APIs, acesso aos dados do Portal de forma gratuita.

Destaca que, para o segundo semestre, existem alguns desafios, sendo: (i) incluir o serviço de API que permita a atualização de unidades e órgãos; e (ii) incluir aplicação para inserção de novos amparos legais, já tendo sido- inclusive- solicitado ao Serpro estimativa orçamentária para essa aplicação, o que evitará inserções pontuais que são onerosas.

Magnum informa que essas novas soluções consumirá um orçamento de R\$ 498 mil. Com essas entregas, será possível atender ao acórdão do TCU que determinou ao Banco do Brasil a inclusão das contratações da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 no PNCP. Magnum explica que haverá ainda outras integrações que deverão atender demandas como a do Exército Brasileiro, que precisa integrar seus sistemas de compras internacionais ao PNCP. Por fim, ele enfatiza que outras ações, como a do Cadastro Unificado, que poderiam estar em desenvolvimento, não avançam, por falta de orçamento. Após, **Everton** oferta a fala aos membros do CG para dúvidas e sugestões.

Gustavo enaltece o trabalho da entrega dos dados abertos do PNCP, porque os órgãos de controle e as ONGs de combate à corrupção, de transparência estão ansiosos por esta entrega. Ele destaca que essas entidades sentem falta desse tipo de informação, e essa entrega vai trazer um novo cenário de credibilidade ao trabalho de todos e do PNCP. Gustavo questiona se a homologação vai ser internamente ou se vai apresentar para o comitê.

Everton informa que, após a homologação, na próxima reunião, pode apresentar a funcionalidade para os membros do CG. **Gustavo** reforça que essa funcionalidade (dados abertos) vai dar uma nova dimensão ao PNCP, que vai deixar de ser um diário eletrônico oficial e vai passar a ser uma

ferramenta de pesquisa. E dentro das potencialidades e dos limites podemos caminhar em direção a um dashboard.

Magnum informa que vamos avançando em etapas, que tem planos para lançar um dashboard, um painel mais robusto, definitivo do PNCP. Contudo, para tanto, a questão da ausência de estrutura precisa ser resolvida. Então, primeiro vamos lançar os dados abertos, depois vem o próximo passo: um painel mais robusto, um grande Painel do PNCP.

Gustavo trouxe ao conhecimento do Comitê Gestor o modelo de *dashboard* da Agência Nacional de Mineração, que poderia servir de modelo para o PNCP. Ele ressalta que esse modelo de *dashboard* poderia fazer com que o portal atenda as expectativas daqueles que atuam no âmbito do controle, no âmbito acadêmico e na sociedade em geral, entendendo o ambiente de compras públicas.

Ele Solicita o registro desse modelo de *dashboard* da Agência Nacional de Mineração, pois entende que é um *benchmark* positivo para o futuro. Questiona ainda se os dados do PNCP que atualmente apenas os membros do CG têm acesso serão abertos a todos. Everton concorda e cita o *dashboard* adotado pelo Paraguai como mais um benchmark.

Magnum esclarece que o Painel PNCP em números é nosso laboratório, que está sendo construído primeiro o próprio comitê (para que os membros do CG possam pensar em novas evoluções desse painel). O Segundo passo é avançar em um *dashboard* para o portal nacional, mas de uma forma mais simples, uma vez que o usuário tem uma visualização agregada de informações, e que, caso o usuário queira maiores detalhamentos (seja a imprensa, seja a academia), ele acessa por meio de API. Nessa linha, Magnum fala que o primeiro passo para a entrega de um *dashboard* é o amadurecimento do modelo no âmbito do comitê.

Everton reforça que não é o momento de publicar, e que o PNCP em números foi feito exclusivamente em termos de informações para os gestores. A publicação ainda não pode ser feita, porque tem-se o risco de expor dados que ainda não foram tratados.

Gustavo questiona se no formato atual dos dados abertos é possível a extração massiva de dados. **Everton** respondeu que é possível e que órgãos da sociedade civil, como observatórios, poderão trazer alternativas para incluir no *dashboard* do PNCP, o que fomenta uma participação colaborativa no desenvolvimento da ferramenta.

11. Item extra pauta

Gustavo informa que recebeu uma consulta formal do Tribunal de Contas de Pernambuco, sobre a possibilidade de o PNCP abrir uma opção de inserir separadamente as atas de julgamentos das ações. **Everton** informou que, a princípio, não existe problema do ponto de vista do mérito, mas que a propositura deve ser primeiramente estudada, porque existem questões de capacidade de execução, como orçamento e pessoas, além de existir um backlog que está sendo seguido. Por isso é preciso estudar bem a propositura.

Gustavo propôs a avaliação do comitê. Contudo, **Everton** informou que, antes de qualquer evolução, deve-se primeiro definir o modelo a ser feito. **Gustavo, então, ficou de trazer uma proposta para discussão no âmbito do CG.**

12. Encaminhamentos e deliberações dos itens de pauta

Item 1. Alinhamento para atuação estratégica do CGRNCP junto aos Ministros do TCU para sensibilização acerca das dificuldades práticas e orçamentárias de desenvolvimento do PNCP tendo em vista a instrução do TC 044.559/2021-6

Diante da aprovação pelo Comitê, o Presidente do Comitê Gestor vai providenciar a **realização de audiência** com os Ministros do TCU, principalmente os Ministros Jorge Oliveira, Antônio Anastasia e Benjamin Zymler.

Será providenciado ainda a **notificação dos membros** do Comitê Gestor, por meio de Ofício, para que possam participar presencialmente dessas audiências.

Item 2. Alinhamento para atuação estratégica do CGRNCP junto ao Senado Federal no que tange à tramitação do PL nº 249/2022, em especial quanto às proposições de ajustes no texto e inclusão de emenda sobre estrutura e destinação de recursos próprios para o CGRNCP e PNCP.

Aguardar definição do relator do PL 249/2022 no CNJ, para então iniciar as tratativas com o Senado.

Item 3. Ampliação das informações institucionais do CGRNCP na página própria no PNCP, em especial para conferir maior possibilidade de contato com os membros e criando-se, inclusive, um e-mail do próprio CGRNCP para recebimento de sugestões e reclamações "estruturais" (e não para atendimento operacional geral).

Foi proposta a revisitação da página do Comitê Gestor, com as designações, portarias e todos os atos que dão base legal, sendo proposto pelo Victor discussão (no grupo de whatsapp ou no teams) de texto para explicar a composição do Comitê Gestor.

Não houve concessão quanto a criação da caixa corporativa, ficando deliberado, para o momento, uma melhor qualificação da Central de Atendimento, com estruturação em níveis de atendimentos, mantendo canal único de atendimento.

Item 4. Números atualizados PNCP + situação das entregas em andamento.

Magnum se comprometeu na próxima reunião fazer o comparativo entre os dados do PNCP e os dados do Compras, para termos um panorama geral desses dados.

Diante da discussão quanto aos motivos da baixa adesão ao PNCP, **Victor** informa que está sendo realizada uma pesquisa pela Atricon e se **comprometeu** a passar no grupo o resultado dessa nova rodada de pesquisa realizada pela Atricon, para que todos entendam melhor a baixa adesão e, com isso, traçar estratégias.

Na discussão quanto à inclusão de um *dashboard* no PNCP, Gustavo sugeriu o registro do modelo de dashboard da Agência Nacional de Mineração como benchmark positivo. E Everton citou o *dashboard adotado pelo Paraguai* como mais um benchmark.

Item 5. Reunião com a CGU para tratar do custeio do PNCP também por meio de transferência de percentuais de valores recebidos pela União com a celebração de acordos de leniência.

Como ainda não houve a reunião com a CGU, serão feitas novas tratativas para verificar a viabilidade dessa reunião, e se possível, as reuniões com a CGU serão marcadas no mesmo período das reuniões com os Ministros do TCU (item 1 da pauta).

12. Documentos relacionados à reunião

-

13. Siglas

- ATRICON – Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil
- CNJ – Conselho Nacional de Justiça
- CGU – Controladoria Geral da União
- CGRNCP – Comitê Gestor da Rede Nacional de Compras Públicas
- CONSAD – Conselho Nacional de Secretários de Administração
- LAI – Lei de Acesso à Informação
- LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados
- PNCP – Portal Nacional de Compras Públicas
- NLL – Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
- RNCP – Rede Nacional de Compras Públicas
- SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
- TCU – Tribunal de Contas da União